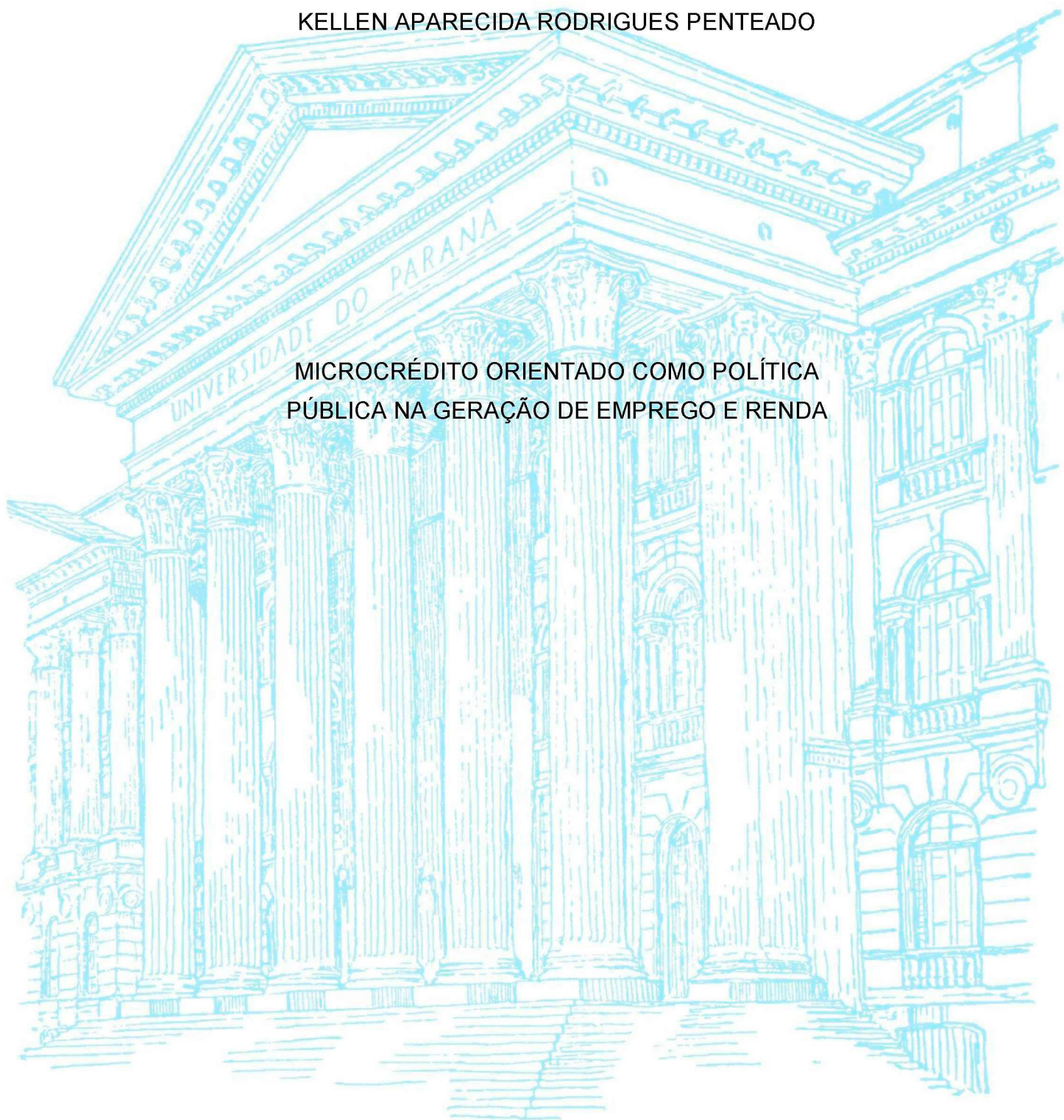


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

KELLEN APARECIDA RODRIGUES PENTEADO

MICROCRÉDITO ORIENTADO COMO POLÍTICA
PÚBLICA NA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

CURITIBA
2022



KELLEN APARECIDA RODRIGUES PENTEADO

MICROCRÉDITO ORIENTADO COMO POLÍTICA
PÚBLICA NA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientadora: Profa. Dra. Larissa Naves de Deus Dornelas

CURITIBA

2022

TERMO DE APROVAÇÃO

KELLEN APARECIDA RODRIGUES PENTEADO

MICROCRÉDITO ORIENTADO COMO POLÍTICA PÚBLICA NA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas, Departamento de Economia, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Economia.

Profa. Dra. Larissa Naves de Deus Dornelas
Orientador – Departamento de Economia, UFPR

Profa. Dra. Dayane Rocha de Pauli
Departamento de Economia, UFPR

Prof. Dr. Luís Claudio Krajevski
Departamento de Economia, UFPR

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a meus pais que sempre me incentivaram a buscar conhecimento e a minha filha, Kathleen, que sempre me apoiou e entendeu a minha ausência em alguns momentos para que eu pudesse estudar.

Agradeço a oportunidade do acesso à educação pública de qualidade, a todos os professores que se fizeram parte da minha formação ao longo dessa graduação, inclusive, pela disposição a adaptação que se submeteram para continuar nos instruindo através da modalidade de ensino remota, condição imposta pela epidemia do **COVID-19**.

Agradeço imensamente ao amigo, André Luiz Brito, que foi meu apoiador, parceiro dos fins de semana para realização de listas de exercícios, que foi meu facilitador para que essa conquista fosse possível. Meu eterno agradecimento.

"Acredito que podemos criar um mundo livre de pobreza porque a pobreza não é criada por pessoas pobres. Foi criado e sustentado pelos sistemas econômicos e sociais que projetamos para nós mesmos; as instituições e conceitos que compõem esse sistema; as políticas que perseguimos." – Muhammad Yunus

RESUMO

O presente trabalho buscou identificar sinais de melhoria nas condições de emprego e renda dos micros empreendedores através do acesso ao microcrédito produtivo e orientado. Para isso, utilizou-se de metodologia descritiva, partindo da conceituação do microcrédito nos moldes do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado e o histórico das primeiras experiências de microcrédito no mundo e no Brasil até a apresentação de resultados de análises sobre programas de microcrédito que tiveram algum impacto sobre emprego e renda. Os resultados da pesquisa mostram que a política de microcrédito tem impacto sobre renda, manutenção de empregos e sobrevivência de microempresas.

Palavras-chave: Microcrédito. Emprego e renda. Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado.

ABSTRACT

The present work aimed to identify signs of improvement in the employment conditions and income of micro entrepreneurs through access to productive and oriented microcredit. For this, we used a descriptive methodology, starting from the conceptualization of microcredit along the lines of the National Program of Oriented Productive Microcredit and the history of the first microcredit experiences in the world and in Brazil until the presentation of results of analyses on microcredit programs that had some impact on employment and income. The results of the research show that microcredit policy has an impact on income, job maintenance and survival of microenterprises.

Keywords: Microcredit. Employment and income. National Program of Productive and Oriented Microcredit.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Evolução do Programa de Microcrédito do BNDES	28
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: R esultado Consolidado das O perações Contratadas por Atividade	33
Gráfico 2: Empregos mantidos e grados no âmbito do Prospera.....	34
Gráfico 3: Evolução da quantidade de contratos por ano e modalidade.....	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Ordem cronológica das iniciativas de microcrédito no Brasil	20
Tabela 2: Volume de Microcrédito (2008-2018)	26
Tabela 3: Resultado Consolidado das Operações Contratadas por Atividade.....	33
Tabela 4: Linhas de pobreza – outubro 2006.....	36
Tabela 5: Relação de estudos avaliativos sobre a política presente no âmbito do CrediAmigo.....	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UNO - União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações

CEAPE - Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana da Terra

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

PNMPO - Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

ONGs - Organizações não Governamentais

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

FENAPE - Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

INEC - Instituto Nordeste Cidadania

TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação

FUNGER - Fundo para Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FAT – Fundo de Amparo do Trabalhador

CEF – Caixa Econômica Federal

FAMPE – Fundo do Aval das Micro e pequenas Empresas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 MICROCRÉDITO: CONCEITO, ORIGEM E EVOLUÇÃO NO BRASIL	15
2.1 MICROCRÉDITO.....	15
2.2 ORIGEM DO MICROCRÉDITO.....	17
2.3 MICROCRÉDITO NO BRASIL	18
2.3.1 Programa da União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO)	20
2.3.1.1 Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra (CEAPE/RS)	21
2.3.2 Banco da Mulher.....	22
2.3.3 Portosol - Instituição Comunitária de Crédito	23
2.3.4 CrediAmigo.....	23
2.3.5 Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)	24
2.4 ATUAÇÃO DO BNDES NO MICROCRÉDITO	27
3 A IMPORTÂNCIA SOCIAL E ECONÔMICA DO MICROCRÉDITO: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS.....	30
3.1 PROGRAMA PROSPERA – DISTRITO FEDERAL.....	31
3.2 CREDIAMIGO - BANCO DO NORDESTE	35
4.3 PROGRAMA BANCO DO EMPREENDEDOR - FOMENTO PARANÁ	40
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS:.....	49

1 INTRODUÇÃO

O microcrédito caracteriza-se pela concessão de empréstimo de baixo valor a empreendedores informais e microempresas, sem exigências de garantia real, sendo amparado por aval solidário. Essa linha de financiamento ganha força a partir da experiência do professor Muhammad Yunus, ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 2006, considerado o pai do microcrédito e dos negócios sociais.

O microcrédito pode ser compreendido como um importante instrumento de desenvolvimento, pois os empreendedores atendidos por essa modalidade de crédito são capazes de transformar essa pequena quantia em aumento de renda para eles e para suas famílias (Bacen,2002).

A experiência brasileira na utilização dessa linha de financiamento figura entre um dos primeiros países do mundo. Em 1973, nos municípios de Recife e Salvador, foi criada a UNO: UNIÃO NORDESTINA DE ASSISTÊNCIA A PEQUENAS ORGANIZAÇÕES, que nasceu por iniciativa e com assistência técnica da organização não governamental ACCION INTERNACIONAL, na época AITEC, e com a participação de entidades empresariais e bancos locais. A UNO concedia o microcrédito tendo como garantia das operações uma espécie de aval moral e atuava na capacitação dos seus clientes em temas básicos de gerenciamento. Além disso, produziu pesquisas sobre o perfil do pequeno produtor informal e o impacto do crédito.

A partir da experiência da AITEC, a metodologia do aval solidário foi se alastrando no Brasil e nos anos seguintes surgiram programas públicos voltados para o microcrédito, intervenção do governo federal, até chegarmos a criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), instituído pela Lei 11.110, de 25 de abril de 2005.

Esse trabalho traz o histórico e evolução dos programas de microcrédito até chegar ao PNMPO e apresenta o resultado de alguns programas de microcrédito no Brasil, a fim de cumprir o objetivo de analisar a importância do microcrédito como política pública na geração de emprego e renda. Para cumprir

tais objetivos o trabalho se baseia na revisão bibliográfica como metodologia, ao se apoiar em livros, artigos científicos e documentos publicados sobre o tema.

O trabalho se estrutura em três capítulos. No primeiro capítulo será conceituado microcrédito, diferenciando-o do crédito bancário tradicional, principalmente no que tange as garantias e apresentando suas origens. Em seguida será apresentada uma reflexão sobre a importância social do microcrédito e o último capítulo apresentará a análise de alguns programas de microcrédito buscando evidenciar a efetividade dessa política.

2 MICROCRÉDITO: CONCEITO, ORIGEM E EVOLUÇÃO NO BRASIL

Este capítulo consiste em abordar num primeiro momento o conceito e diferenciar microcrédito, microcrédito produtivo e microcrédito produtivo orientado. Na sequência, será exposto de forma sucinta as primeiras experiências de microcrédito de que se tem registro na literatura e o capítulo será fechado com o histórico das experiências de microcrédito no Brasil, organizado de forma cronológica.

2.1 MICROCRÉDITO

A literatura econômica apresenta vários conceitos de microcrédito, microcrédito produtivo e microcrédito produtivo orientado. Conforme Silva e Gois (2007, p. 14), microcrédito pode ser entendido como “serviços de crédito voltados para a população de baixa renda”, o microcrédito produtivo é considerado “serviços de crédito voltados às micro e pequenas atividades produtivas” e o microcrédito produtivo orientado é definido como “serviços de crédito voltado às micro e pequenas atividades produtivas, com uso de metodologia baseada na ação de agente de crédito”.

Nesse sentido, faz-se necessário esclarecer que o interesse deste trabalho é analisar a importância do microcrédito produtivo orientado, conforme disposto na Lei 11.110 de 25 de Abril de 2005, a partir da seguinte conceituação:

Linha de crédito integrante do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), destinado a atender a necessidade de capital de giro da pessoa física ou jurídica empreendedora de atividades produtivas de pequeno porte, organizada de forma individual ou coletiva, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica (BRASIL, 2005, p.1).

Reafirmando o dito anteriormente, **BARONE et. al** (2002) entende por microcrédito a concessão de empréstimos de pequeno valor a empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente, por não disponibilizarem garantias reais. Esse empréstimo é

destinado a capital de giro ou investimento e possui metodologia específica, que consiste na orientação e acompanhamento durante o período de utilização do crédito.

Segundo Soares (2008 citado por OKANO; FERNANDES, 2016), a atividade do microcrédito é definida como a prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de pequeno porte.

De acordo com a definição do microcrédito dentro do PNMPO¹ descrita acima, no que refere à metodologia, nas instituições financeiras que operam com microcrédito, os agentes de crédito vão até o local onde é exercida a atividade produtiva para avaliar a necessidade e condições do empreendimento e as condições de pagamento. Após a liberação do crédito, existe o acompanhamento do desenvolvimento do negócio.

Superando a ausência de garantias reais, existe no microcrédito garantias oferecidas individualmente (com o tomador indicando um avalista/fiador) ou coletivamente por meio de aval solidário, que consiste na formação de grupos de três a cinco pessoas, em que cada um é ao mesmo tempo tomador de crédito e avalista dos demais.

Conforme Silveira (2005), uma característica do microcrédito é sua forma solidária de financiamento, no sentido de que, grupos de interesse são formados para garantir que o usuário efetue o pagamento. Ribeiro e Botelho (2005, p.11) afirmam que o “aval solidário vem a reduzir o risco moral, uma vez que cada integrante do grupo monitora as atividades produtivas dos demais”.

Com essas especificidades, o microcrédito promove, no curto prazo, a inclusão bancária e a geração de renda e ampliando essas condições, o empreendimento ganha viabilidade econômica e sustentabilidade. No longo prazo, estimula a transformação econômica das atividades empreendedoras em negócios rentáveis e de crescimento sustentável.

Atualmente no Brasil o microcrédito é oferecido por meio de ações do poder público, da sociedade civil e da iniciativa privada. O poder público atua

¹ PNMPO: Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

através de programas voltados para o tomador do crédito por meio de bancos oficiais com carteiras personalizadas, como por exemplo, o CrediAmigo do Banco do Nordeste. Há ainda os programas de fomento ao microcrédito da sociedade civil e da iniciativa privada, a exemplo do Programa de Crédito Produtivo Popular do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o programa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Neste sentido, as próximas seções buscam apresentar a origem do microcrédito no mundo e no Brasil.

2.2 ORIGEM DO MICROCRÉDITO

A primeira manifestação de microcrédito da qual se têm registros ocorreu no Sul da Alemanha em 1846, criada pelo pastor Raiffeinsen. Naquele ano, a região passou por um inverno rigoroso levando os fazendeiros locais a contraírem dívidas com agiotas. Foi então que o pastor lhes cedeu farinha de trigo para que, com a fabricação e comercialização do pão, pudessem obter capital de giro. Com o passar do tempo, a associação logrou êxito e transformou-se numa cooperativa de crédito para a população pobre (SINGER, 1999).

Nos Estados Unidos, em 1953, Walter Krump, presidente de uma metalúrgica de Chicago, criou os “fundos de ajuda” nos departamentos das fábricas, onde cada operário participante depositava mensalmente U\$1,00 com finalidade de atender aos associados necessitados. Em um segundo momento, os fundos de ajuda foram consolidados e transformados no que foi denominado Liga de Crédito. Após esta iniciativa, outras se sucederam, existindo atualmente a Federação das Ligas de Crédito, operadas nacionalmente e em outros países (COSTA, 2006, p.122).

Entre 1846 e 1976, outras experiências bem-sucedidas devem ter ocorrido e com características de microcrédito, porém o grande marco que serviu de modelo para popularizar o microcrédito foi a experiência iniciada em 1976 em Bangladesh, pelo professor Muhammad Yunus. Esta experiência se inicia quando o Professor Muhammad Yunus lecionava economia na Universidade de Chittagong, Bangladesh. Observando a luta dos pobres que se empenhavam em conseguir quantias mínimas de dinheiro com as quais pudessem levar adiante

seus esforços para se manter vivos, criou o *Grameen Bank* disponibilizando microcrédito a eles, cobrando juros muito mais baixos do que os praticados pelo mercado na época (YUNUS, 2010).

Atualmente, o *Grameen Bank* possui mais de 8,4 milhões de mutuários, 97% dos quais são mulheres, e desembolsa mais de 1,5 bilhões de dólares por ano. A ideia do microcrédito se espalhou por muitos países do mundo, existindo hoje programas nele espelhados em sessenta países, inclusive alguns considerados ricos, como o Canadá, França e Estados Unidos (YUNUS, 2010). Em países emergentes também se observa a prática do microcrédito, como no caso do Brasil, exposto a seguir.

2.3 MICROCRÉDITO NO BRASIL

No Brasil, as ações voltadas para o microcrédito se dão através da atuação das Instituições da Sociedade Civil, Instituições do Setor Público e Instituições da Iniciativa Privada. A atuação dessas instituições se divide em blocos, sendo o primeiro bloco composto pelas instituições chamadas de “primeira linha” ou “primeiro piso”, sendo essas responsáveis pelo atendimento ao cliente final. O segundo bloco é formado pelas instituições denominadas de “segunda linha” ou “segundo piso”, e são responsáveis pela capacitação e apoio técnico, além de proverem recursos financeiros, sob forma de empréstimos, as instituições de “primeira linha”. O BNDES², através do Programa de Crédito Produtivo Popular/PCPP e do Programa de Desenvolvimento Institucional/PDI, assim como o SEBRAE³, através do programa SEBRAE de Microcrédito são exemplos de instituições de “segunda linha” (BACEN, 2002).

2 BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, fundado em 20 de junho de 1952, empresa pública federal vinculada ao Ministério da Economia, sendo o principal instrumento do Governo Federal, para financiamento de longo prazo e investimento nos diversos segmentos da economia brasileira. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos>
Acessado em 08/08/2022.

³ O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) é uma entidade privada que promove a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequeno porte – aqueles com faturamento bruto anual de até R\$ 4,8 milhões. Disponível em: <https://sebraers.com.br/quem-somos/> . Acessado em 16/09/2022.

As instituições de microcrédito de “primeira linha” podem ser agrupadas em três categorias, de acordo com a legislação em vigor e sua forma jurídica: instituições da sociedade civil, instituições do setor público e instituições da iniciativa privada. As instituições da Sociedade Civil são separadas entre aquelas que trabalham exclusivamente na concessão do crédito (minimalistas) e aquelas que atrelam ao crédito à capacitação dos tomadores (desenvolvimentistas). Essas instituições são constituídas sob a forma de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, sendo, portanto, o resultado operacional de sua atividade fim inteiramente revertido para a instituição.

As instituições do Poder Público passaram a desempenhar um papel importante no setor. Os programas de microcrédito implantados por instituições de “primeira linha” foram criados e ampliados, principalmente, por governos estaduais e municipais. Não obstante, o Governo Federal é o responsável pelo maior programa de microcrédito do país, o CrediAmigo do Banco do Nordeste. No âmbito das instituições de “segunda linha”, foram abertas novas linhas de financiamento pelo Governo Federal e por governos estaduais, a exemplo do Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais/BDMG e da Agência Catarinense de Fomento/BADESC.

A atuação das instituições da iniciativa privada que se dava através de doações para a formação de capital próprio ou mediante empréstimos às entidades de microcrédito ganha nova formatação com a publicação da Lei 10.194 de 14 de fevereiro de 2001. Essa lei cria as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor/SCM. Hoje, a participação do setor lucrativo em organizações de microcrédito de “primeira linha” acontece da seguinte forma: por meio da criação, por empreendedores pessoas físicas e jurídicas, inclusive OSCIP⁴ e instituições financeiras, de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor/SCM, autorizadas a funcionar e supervisionadas pelo

⁴ OSCIP: É uma sigla que representa a expressão Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. A expressão Oscip surgiu em 1998 quando o governo sentiu necessidade de distinguir, entre as milhares de Organizações Não-Governamentais (Ong) existentes no Brasil, quais são as que buscam o benefício público e têm representatividade junto a segmentos da sociedade civil. Para isso, foi criada uma lei que estipula uma série de normas que devem ser atendidas pelas Ong's que pretendem ser consideradas Oscip. Ao se transformar em Oscip, uma organização passa a ser considerada idônea para fazer parcerias com o governo. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2054:c. Acessado em 16/09/2022.

Banco Central do Brasil e por intermédio de instituições financeiras que oferte o crédito de pequeno valor junto ao público e adote a metodologia do microcrédito (BACEN, 2002).

Após a explanação sobre o atual cenário institucional do microcrédito no Brasil, segue tabela 1 listando a primeira experiência de microcrédito no país, com a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações – UNO e outras experiências, cuja expressão no cenário nacional justificam suas menções.

Tabela 1: Ordem cronológica das iniciativas de microcrédito no Brasil

Ano	Programa	Unidade da Federação
1973 a 1991	Programa da União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações - UNO	Pernambuco e Bahia
1987	Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra - CEAPE/RS	Rio Grande do Sul
1989	Banco da Mulher	Bahia
1995	Instituição Comunitária de Crédito - Portosol	Rio Grande do Sul
1996	Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP) do BNDES	Abrangência Nacional
1998	CrediAmigo - Banco do Nordeste	Alagoas, Bahia, Ceara, Espirito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe
2005	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)	Âmbito nacional

Fonte: Elaboração própria com base nos dados Introdução ao Microcrédito - BACEN, 2002

Dada a relevância destas iniciativas no Brasil, as próximas subseções apresentam as características centrais de cada experiência.

2.3.1 Programa da União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO)

De acordo com Monzoni Neto (2008), pode-se dizer que o primeiro contato com o que se assemelhava ao microcrédito no Brasil dá-se com o

surgimento da União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO). Conhecida como Programa UNO, esta primeira experiência com microcrédito se deu nas cidades de Recife (PE) e Salvador (BA), e foi desenvolvida pela União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações, funcionando entre os anos de 1973 e 1991.

A UNO era uma ONG especializada em microcrédito e capacitação de trabalhadores de baixa renda, e tinha como lastro das operações uma espécie de aval moral. Os recursos iniciais da UNO provinham de doações internacionais e foram incrementadas posteriormente com outros tipos de empréstimos. Além disso, a UNO também desenvolveu um trabalho nas comunidades, auxiliando e incentivando a criação de grupos de compra, associação de trabalhadores em cooperativas e assistência técnica aos ramos da pequena produção (JACKELLEN, 1982).

2.3.1.1 Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra (CEAPE/RS)

A partir de experiências internacionais com metodologia dos grupos solidários⁵, a utilização do aval solidário foi replicada no Brasil e a primeira experiência foi em Porto Alegre em 1987, através do Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra (CEAPE/RS), constituído sob forma de ONG.

O CEAPE contou com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da *Inter-American Foundation* (IAF) para composição de recursos para empréstimos. O Centro teve êxito na sua forma de atuação e se estendeu para outros Estados Brasileiros.

Em 1990 foi criada a Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (FENAPE), hoje CEAPE nacional. A rede CEAPE utiliza a

5 Prática de aval mútuo para obtenção do crédito, tendo surgido para possibilitar acesso ao crédito a pessoas sem registros disponíveis, tais como balanço patrimonial e referências cadastrais, ou impossibilitadas de oferecerem garantia real. Disponível em http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/33/APS-B2336.pdf. Acesso em 18/06/2022.

metodologia do crédito produtivo orientado dando apoio aos produtores informais excluídos do Sistema Financeiro tradicional.

2.3.2 Banco da Mulher

Inspirado na 1ª Conferência Internacional da Mulher, promovida pela ONU, no México, em 1975, o Banco da Mulher surgiu na Holanda em 1979. Com sede em Nova York, a entidade passou a ter afiliadas no Brasil, entre as quais Caxias do Sul, por meio da Associação Brasileira para O Desenvolvimento da Mulher, fundada no Brasil pelo Conselho da Mulher Executiva da Associação Comercial do Rio de Janeiro (Banco da Mulher/RS, 2022).

Em 1989, com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a infância, o Banco da Mulher/Seção Bahia inaugurou o seu programa de microcrédito, inicialmente utilizando a metodologia dos grupos solidários.

O Banco da Mulher tem como principal objetivo a inclusão social, alavancar o desenvolvimento do microempresário, principalmente aquele que não tem acesso a nenhuma forma de recurso, proporcionando assim melhores condições para seu negócio.

Atualmente, o Banco da Mulher está presente nos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Amazonas, Minas Gerais e Rio de Janeiro, além da Bahia.

No decorrer dos anos, o *Women's World Bank* passou a exigir profissionalização dos grupos, fazendo com que muitas unidades não conseguissem se manter em funcionamento - momento em que o Banco da Mulher Caxias do Sul optou pela desfiliação e seguiu em funcionamento dentro de seus objetivos iniciais. Qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) em 1997, e pela continuidade, Caxias do Sul é detentora da marca Banco da Mulher no Brasil (Banco da Mulher/RS, 2022).

2.3.3 Portosol - Instituição Comunitária de Crédito

A Portosol surgiu da parceria entre entidades da sociedade civil e a Prefeitura de Porto Alegre, no ano de 1995. Os recursos iniciais vieram das doações da Prefeitura de Porto Alegre, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, da Sociedade Alemã de Cooperação Técnica/GTZ, da IAF e de financiamentos BNDES e do SEBRAE/RS (BACEN, 2002).

A partir do início de suas operações, em 1996, a Portosol conquistou a confiança dos pequenos empreendedores da região, fazendo com que o trabalho da Instituição fosse reconhecido por diversas entidades como Banco Mundial, Fundação Getúlio Vargas, SEBRAE, prefeituras locais, associações de empreendedores, cooperativas, dentre outros (BACEN, 2002).

Atualmente, a Portosol atua em toda a região metropolitana de Porto Alegre, Vale do Rio dos Sinos, Litoral e Serra, oferecendo diversos serviços de financiamento para pequenos empreendedores. Dados do Sistema Integrado Portosol apontam que até 2014, havia sido liberado um montante de 172 milhões de reais aos beneficiários dessa organização.

2.3.4 CrediAmigo

O CrediAmigo é o programa de microcrédito do Banco do Nordeste, criado em 1998, com objetivo de oferecer crédito a pequenos empreendedores. É o único programa de crédito implementado por banco estatal. O CrediAmigo trabalha com a metodologia de grupos solidários e junto com a concessão de crédito oferece capacitação gerencial para os tomadores (BACEN, 2002).

O Banco do Nordeste atua em primeiro nível, acompanhando, supervisionando e fiscalizando o cumprimento do termo de parceria, proporcionando o apoio necessário ao Instituto Nordeste Cidadania (Inec) para que o objeto do termo de parceria seja alcançado em toda a sua extensão. É também uma responsabilidade do Banco do Nordeste o deferimento das propostas de crédito encaminhadas e a liberação das parcelas concedidas aos beneficiários (BACEN, 2002).

O CrediAmigo vem há anos auxiliando no combate à pobreza e é visto como um valioso instrumento de política pública. Neri e Buchmann (2008) consideram o CrediAmigo como o *Grameen Bank* brasileiro, sendo uma referência nacional e um caso de sucesso reconhecido internacionalmente. Em estudo realizado por Soares (2011) sobre o impacto do programa na condição de pobreza, foi encontrado um índice entre 6% e 8% de efetividade até o quinto ano do programa. Esse resultado é fruto de algumas variáveis elencadas por Souza (2010): competência e compromisso da equipe técnica do Banco do Nordeste; amplo conhecimento do público e economia da região Nordeste; uso do aval solidário que permite maior segurança tanto para o cliente como para o Banco, reduzindo custos de transação e inadimplência; o papel importante do agente de crédito que permite um atendimento personalizado e a criação de produtos diferenciados para o perfil do cliente do programa.

2.3.5 Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)

Antecedendo a criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), há alguns movimentos importantes no que concerne à constituição e financiamento das operadoras de microcrédito: a Lei 10.194/2001 dispõe sobre a constituição e funcionamento da sociedade de crédito ao microempreendedor, entidade jurídica de direito privado, com finalidade lucrativa, criada para impulsionar a participação de atores da iniciativa privada nesse mercado. Em 2003, o Governo Federal estipulou que os bancos poderiam usar até 2% (dois por cento) do depósito compulsório como capital para financiar suas operações de microcrédito produtivo e orientado. Aqueles que não tivessem operação estruturada podiam negociar esse capital com outras organizações que estivessem interessadas em usar os recursos para microcrédito (BNDES, 2016).

Em 25 de abril de 2005, foi estabelecido o PNMPO, por meio da Lei 11.110, com o objetivo de incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares, disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado, oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito

produtivo orientado visando seu fortalecimento institucional para a prestação de serviços aos empreendedores populares.

Ao longo dos últimos anos, diversos governos estaduais e municipais implementaram programas próprios voltados ao microcrédito, como exemplo podem-se citar: Programa de Microcrédito da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. (Badesc), o CredPop do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A (BDMG), o Nosso crédito do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes), entre outros (BNDES, 2016).

Recentemente, as iniciativas de microcrédito no Brasil visando alcançar a população em situação de pobreza, teve apoio público com a Medida Provisória Nº 802 de 26 de setembro de 2017, que modernizou a legislação do PNMPPO, posteriormente transformada na Lei Nº 13.636, de 20 de março de 2018. A Resolução CMN⁶ nº 4.574/2017 definiu que o público de baixa renda é constituído pelas pessoas inscritas no Cadastro Único e criou um mecanismo multiplicador para incentivar as instituições financeiras a emprestarem para esse público. A Resolução nº 4.713, de 28 de março de 2019, instituiu novas regras no âmbito das operações de microcrédito, com a flexibilização das normas e aumento dos limites das operações de crédito (BACEN, 2019).

Em 2017, o Governo Federal instituiu o Plano Progredir, constituído por um conjunto de ações integradas de inclusão produtiva visando facilitar o acesso das pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) a oportunidades de emprego e renda por meio da inserção e da permanência do cidadão no mundo do trabalho, contribuindo para gerar autonomia socioeconômica. O Plano Progredir estrutura-se em três eixos de atuação: qualificação profissional, intermediação de mão de obra e apoio ao empreendedorismo, por isso, no âmbito do Plano, o microcrédito é visto como uma das principais ferramentas para promoção e desenvolvimento do empreendedorismo e inclusão financeira (Relatório do Ministério da Cidadania, 2019).

⁶ Conselho Monetário Nacional é o órgão máximo do Sistema Financeiro Nacional e tem a responsabilidade de formular a política da moeda e do crédito, objetivando a estabilidade da moeda e o desenvolvimento econômico e social do país. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/cmn> . Acessado em 26/04/2022.

Entretanto, apesar dos pequenos negócios corresponderem a grande fatia das operações de crédito no país, o sistema bancário tradicional ainda tem dificuldade em acolher empreendedores de baixa renda, principalmente em função da falta de informação da capacidade de pagamento desse público ou da inexistência de comprovantes de renda formal, o que impossibilita a análise de risco (BRASIL, 2018).

Em 24 de Setembro de 2020, a Resolução do CMN Nº 4.854, dispôs sobre as operações de microcrédito realizadas pelas Instituições Financeiras e sobre o direcionamento de recursos dessas operações, assim sendo: uso de metodologia específica de concessão e controle; taxa de juros máxima de 4% ao mês; valor máximo da taxa de abertura de crédito de até 3% do valor do crédito concedido; somatório dos saldos devedores das operações de microcrédito produtivo orientado do tomador, na mesma instituição financeira, não superior a R\$21.000,00 (vinte e um mil reais) e somatório dos saldos devedores das operações de crédito do tomador contratadas no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, exceto as operações de crédito habitacional, não superior a R\$80.000,00 (oitenta mil reais). Também ficou estabelecido que os bancos comerciais, os bancos múltiplos com carteira comercial e a Caixa Econômica Federal devem manter aplicado em operações de microcrédito produtivo orientado valor correspondente a, no mínimo, 2% (dois por cento) da média dos saldos dos depósitos à vista captados pela instituição (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2020).

As instituições inscritas no PNMPPO, tiveram em 2018 um volume total de créditos concedidos de R\$ 10.356.731.697,34 (dez bilhões, trezentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e trinta e um mil, seiscentos e noventa e sete reais e trinta e quatro centavos) e 4.739.928 operações de microcrédito pelo Programa, conforme segue.

Tabela 2: Volume de Microcrédito (2008-2018)

Execução Geral			
Ano	Valor concedido R\$	Contratos Realizados	Cientes Atendidos
2008	3.028.311.116	1.280.680	1.430.097
2009	3.620.727.053	1.620.656	1.654.186
2010	4.488.115.368	1.966.718	2.071.607

2011	5.761.258.771	2.576.559	2.674.157
2012	8.620.128.679	3.814.781	3.953.406
2013	12.681.328.920	5.713.091	5.664.941
2014	13.767.209.555	5.667.287	5.552.080
2015	12.359.966.047	5.201.992	5.200.781
2016	9.263.808.770	4.699.476	2.514.576
2017	8.644.549.202	4.300.728	2.248.981
2018	10.356.731.697	4.739.929	2.430.934
Total	92.592.135.178	41.581.897	35.395.746

FONTE: BRASIL (2019)

A tabela 2 apresentada mostra a grandeza do microcrédito, que entre os anos de 2008 e 2018, realizou mais de 41 milhões de contratos de operação de microcrédito e ainda um valor total concedido de 92 bilhões de reais.

Os maiores valores concedidos estão entre os anos de 2013 e 2015, período de recessão e instabilidade econômica no Brasil. Segundo o estudo de Nunes, Sales e Carvalho (2019), uma das maneiras mais eficazes de combater o desemprego é através do empreendedorismo, portanto, quando o microcrédito é mais demandado.

2.4 ATUAÇÃO DO BNDES NO MICROCRÉDITO

O BNDES atua no segmento de microcrédito desde 1996, quando foi criado o Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP) oferecendo financiamento para os agentes repassadores de microcrédito. Em 1997, o BNDES firmou o Convênio de Cooperação Técnica não Reembolsável com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) visando o fortalecimento do segmento de microcrédito no Brasil (BNDES, 2016).

Em junho de 2003, o PCPP foi substituído pelo Programa de Microcrédito (PM), que vigorou por dois anos. Em março de 2005, foi instituído o atual Programa de Microcrédito do BNDES (PMC) que buscava um maior alinhamento às diretrizes de atuação governamental estabelecidas no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

Em fevereiro de 2010, em substituição ao PMC, foi criado o BNDES Microcrédito visando conferir maior agilidade na concessão de crédito e garantir a perenidade para os agentes repassadores. Foram, também, implementadas melhorias na metodologia de análise de risco de crédito que permitiram o aumento do alcance do programa (BNDES, 2016)

Segue na figura abaixo, a evolução do programa de apoio ao microcrédito por parte do BNDES:

Figura 1 - Evolução do Programa de Microcrédito do BNDES



FONTE: BNDES (2016).

Em agosto de 2012, o BNDES elevou a dotação orçamentária do Programa BNDES de microcrédito para R\$ 1 bilhão. O prazo de vigência do programa foi até 31 de dezembro de 2013, foram ainda incluídos alguns procedimentos de aperfeiçoamento, como a divisão do BNDES Microcrédito em dois subprogramas, de acordo com o perfil dos operadores dos recursos: BNDES Microcrédito Agente Financeiro e BNDES Microcrédito Agente Repassador. O custo financeiro para os agentes de 1º piso foi reduzido de TJLP⁷ (5,5% a.a.)

⁷ Taxa de Juros de Longo Prazo é calculada com base em dois parâmetros: uma meta de inflação calculada pró rata para os doze meses seguintes ao primeiro mês de vigência da

acrescida de 1,5% a.a. para TJLP acrescida de 0,9% a.a. e a receita bruta anual dos beneficiários subiu de R\$ 240 mil para até R\$ 360 mil, o que amplia o acesso aos recursos. Em outubro de 2016, o BNDES alcançou a marca de R\$ 1 bilhão desembolsado para o microcrédito produtivo, com um efeito multiplicador, na ponta, de R\$ 4,5 bilhões. Os recursos permitiram a realização de 1,3 milhão de operações desde 2005 (BNDES, 2016).

No cenário atual, os agentes operadores do programa BNDES Microcrédito são instituições devidamente habilitadas perante o Ministério do Trabalho no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado. As pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, cuja receita bruta anual não seja superior a R\$ 360 mil em cada ano-calendário são público alvo utilização do recurso. A taxa de juros é negociada entre a instituição operadora e o tomador, não podendo passar de 4% ao mês, considerando todos os encargos. Outras condições negociais, como prazo e garantias, também ficam a cargo dos agentes operadores. Salienta-se que não serão exigidas garantias reais, já que a maioria das transações tem como garantia o aval solidário. Entre os anos de 2015 e 2020, o desembolso com o produto Microcrédito BNDES somou R\$ 769 milhões (BNDES, 2022).

Todo esse panorama do microcrédito no Brasil, tanto em iniciativas regionais ou em nível nacional, apresenta-se como bem-sucedido por contarem com os pilares necessários para o êxito dessa política, apoiando empreendedores individuais ou microempresas.

taxa, inclusive, baseada nas metas anuais fixadas pelo Conselho Monetário Nacional; e um prêmio de risco. A TJLP é divulgada trimestralmente pelo Banco Central do Brasil até o último dia útil do trimestre imediatamente anterior ao de sua vigência para as posições de 1º de janeiro, 1º de abril, 1º de julho e 1º de outubro, sendo expressa em percentual ao ano. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/perguntas-frequentes-questoes/perguntas-financiamentos/106-o-que-e-tjlp>. Acessado em 26/04/2022.

3 A IMPORTÂNCIA SOCIAL E ECONÔMICA DO MICROCRÉDITO: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Após a experiência do *Grameen Bank*, o microcrédito passou a ser disseminado no mundo como potente instrumento na geração de emprego e renda, com efeitos positivos sobre a pobreza. Para Costanzi (2002), essa política funciona porque o microcrédito permite a redução da pobreza e da exclusão social, pois aumenta a disponibilidade dos ativos produtivos à disposição dos pobres e excluídos sociais. Salaria ainda que dado o baixo ou inexistente estoque de capital do público-alvo, normalmente o eventual investimento realizado com o microcrédito gera alto ganho de produtividade, havendo, nesse caso, compatibilidade entre eficiência econômica e equidade distributiva.

O resultado esperado da implementação da política de microcrédito orientado é trazer alternativas de financiamento das atividades produtivas, proporcionando ocupação para as pessoas e conferindo-lhes melhores condições de vida, a partir da geração de renda. De acordo com Mayrink (2009), o investimento possibilitado por um programa de microcrédito significa aplicação de capital em meios que levam ao crescimento da capacidade produtiva, o que cria a necessidade de empregar mão-de-obra, gerar emprego e aumentar o mercado consumidor. Para Gussi (2017) as políticas públicas de microcrédito têm se apresentado como alternativa de geração de emprego e renda para famílias e comunidades em situação de exclusão social e pobreza, alinhando-se às políticas de desenvolvimento dos países. Já para Barros (2001), tem-se a perspectiva do microcrédito como uma forma de ampliação de renda daquela parcela da população menos favorecida, não sendo, portanto, a solução para todos os problemas do subdesenvolvimento.

Entende-se, portanto, que ações de microcrédito podem causar impacto para o indivíduo por propiciar-lhe melhoria nas condições de vida e podem impactar a criação e sobrevivência das pequenas empresas. Dessa forma, este capítulo tem o objetivo de mostrar evidências da eficiência da política de microcrédito, a partir da sistematização de alguns estudos empíricos que avaliaram programas de microcrédito no Brasil.

3.1 PROGRAMA PROSPERA – DISTRITO FEDERAL

O Prospera foi concebido como instrumento de política pública governamental destinado a conceder empréstimos produtivos e orientados para micro e pequenas empresas, pequenos empreendedores do setor formal e informal da economia, sejam eles rurais ou urbanos. O programa utiliza de metodologia baseada no relacionamento direto da Secretaria de Estado e Trabalho com os empreendedores, no local onde é realizada a atividade econômica. O atendimento do programa visa identificar as necessidades financeiras e prestar orientação na aplicação do recurso, acompanhar a execução do projeto para garantir o crescimento sustentável da atividade econômica.

O Programa Prospera faz parte do Programa de Microcrédito Produtivo e Orientado, formulado pela Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal, que visa efetivar contribuições para o desenvolvimento do empreendedorismo através do acesso ao crédito de modo orientado com juros reduzidos (FREITAS, 2016).

O programa utiliza recursos do FUNGER (Fundo para Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal). O FUNGER/DF foi instituído pela Lei Complementar nº 704/2005 e é gerido pelo Conselho de Administração/CONAF, criado para atender aos requisitos da Lei Complementar nº 292, de 02/06/2000, que dispõe acerca das condições de instituição e funcionamento de fundos públicos. Cabe ao Conselho de Administração a gestão do patrimônio do Fundo, o estabelecimento das taxas de juros por meio de resoluções, dos prazos, a emissão de normas sobre as condições de renegociação de dívidas e demais procedimentos relacionados à execução dos recursos, observados os dispositivos das Leis Complementares nº 704 e nº 868 (NERES, 2021).

Para a concessão do microcrédito, de acordo com o Programa Prospera, os cidadãos da área urbana devem apresentar alguns requisitos, tais como: possuir empreendimento que esteja em funcionamento há pelo menos seis meses, não apresentar restrição na Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, ou seja, não possuir dívidas junto ao GDF (IPTU, IPVA, Dívida Ativa etc.) e proponentes, sócios, empresas e avalistas não podem ter restrição de

CPF/CNPJ junto à SERASA. Para que os pequenos rurais tenham acesso ao microcrédito, deverão solicitar diretamente a diretamente na regional da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal - EMATER/DF (NERES, 2021).

O investimento do microcrédito para o público rural, assim como para o setor urbano, busca viabilizar a aquisição de máquinas, bem como de equipamentos e instalações necessárias (BRASIL, 2020).

Os créditos são liberados em condições definidas de acordo com capacidade de pagamento do tomador, garantias apresentadas e em valores progressivos para evitar o endividamento.

A seguir será apresentado informações do Programa Prospera a partir da análise feita por Luciana Oliveira de Freitas Neres em sua dissertação de mestrado para o programa de pós-graduação em Economia da Universidade de Brasília. O programa de microcrédito para os pequenos empreendedores tem impacto relevante na capital Federal, pois,

Um levantamento feito pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), Empreendedorismo 1º Semestre/2019, 297 mil pessoas são empreendedoras na capital federal. Esse montante corresponde a 21,7 do total de ocupados no Distrito Federal. Ainda de acordo com a pesquisa, a constituição de negócios e/ou empresas como estratégia de inserção produtiva, geralmente, ganha espaço em conjuntas adversas, caracterizadas pela elevação do desemprego e declínio do assalariamento. Nesse sentido, o Programa Prospera constitui um instrumento de política pública importante, capaz de alavancar resultados sociais e econômicos (NERES, 2021, p.64).

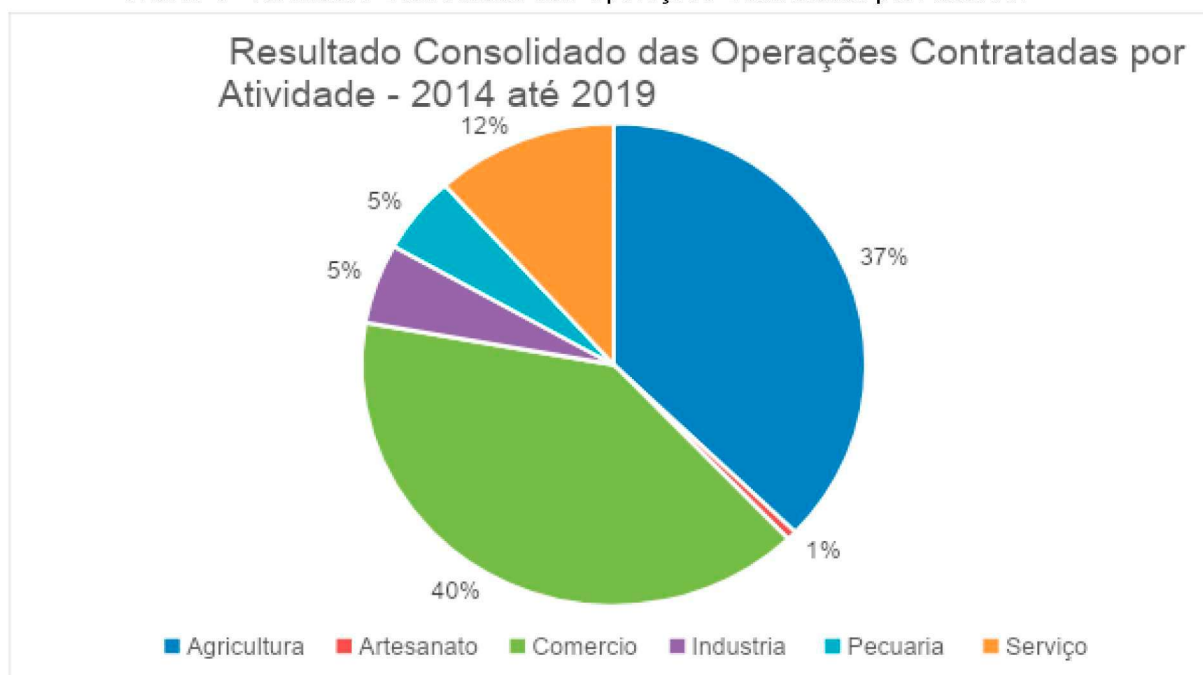
Abaixo, na tabela 3, há o resultado consolidado das contratações de crédito por ramo de atividade entre os anos 2014 e 2019 e o gráfico com os mesmos dados a fim de melhor visualização dos segmentos da economia mais demandantes do microcrédito:

Tabela 3 - Resultado Consolidado das Operações Contratadas por Atividade

Resultado consolidado das operações contratadas por atividade (em R\$)							
Ano	Agricultura	Artesanato	Comercio	Industria	Pecuária	Serviço	Total Geral
2014	4.262.027,15	115.275,00	5.435.194,01	497.625,65	1.406.193,39	1.520.343,52	13.236.658,72
2015	737.945,08	42.700,00	1.626.372,97	202.854,00	183.985,24	236.816,00	3.030.673,29
2016	4.132.842,62	73.268,00	3.637.553,00	578.195,00	272.241,77	1.122.379,41	9.816.479,80
2017	3.791.532,88	67.122,50	3.637.278,77	478.161,91	439.749,54	1.231.687,47	9.645.533,07
2018	3.102.057,79	51.872,50	3.322.634,13	629.223,92	224.102,19	1.019.406,20	8.349.296,73
2019	4.231.017,58	-	4.087.182,40	538.858,87	283.721,72	1.226.373,26	10.367.153,83
TOTAL	20.257.423,10	350.238,00	21.746.215,28	2.924.919,35	2.809.993,85	6.357.005,86	54.445.795,44

FONTE: Estatística do Programa Prospera/SETRAB

Gráfico 1 - Resultado Consolidado das Operações Contratadas por Atividade



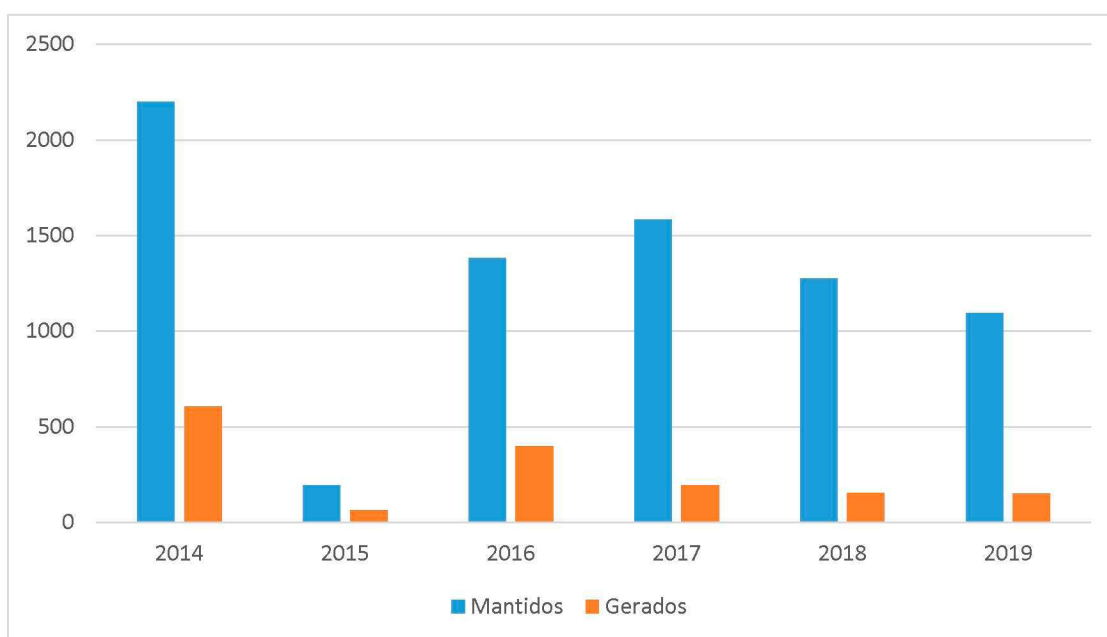
Fonte: Estatística do Programa Prospera/SETRAB

A concessão de crédito do período analisado foi de 39,9% para o comercio, dos quais 14% foram direcionados a investimento e 86% para capital de giro, conforme Neres (2021). Conforme a autora, a política é eficaz no tratamento à organização e saúde financeira da empresa, garantindo um ambiente sustentável e que possibilite não só o desenvolvimento interno, mas também o crescimento do volume de negócios.

Em seguida, o maior volume de crédito concedida está com a agricultura, representando 37,2% do montante total para o período de 2014 a 2019. Os recursos destinados a esse público contribuem com o fortalecimento dos produtores e das cooperativas da zona rural, promovendo geração de renda e o desenvolvimento por meio do financiamento da produção agrícola (custeio), visando custear os gastos associados a insumos ligados a atividade rural (NERES, 2021).

No que se refere a política de microcrédito com impacto sobre geração de emprego e renda, os números apresentados pelo Programa Prospera são tímidos, sendo um pouco mais relevantes para a manutenção do emprego. O gráfico 1 apresenta esses dados, caindo de 604 em 2014 para 61 novos postos de trabalho em 2015 e a quantidade de empregos mantidos com o financiamento foi de 2.199 em 2014 e 1.092 em 2019 (NERES, 2021).

Gráfico 2: Empregos mantidos e gerados no âmbito do Prospera



FONTE: Estatística do Programa Prospera/SETRAB

3.2 CREDIAMIGO - BANCO DO NORDESTE

O programa de microcrédito do Banco do Nordeste do Brasil, conhecido como CrediAmigo foi lançado em 1998 e nos dias atuais, sua área de atuação concentra-se na região Nordeste e Norte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Segundo o BNB⁸, o CREDIAMIGO faz parte do Crescer - Programa Nacional de Microcrédito do Governo Federal - uma das estratégias do Plano Brasil sem Miséria para estimular a inclusão produtiva da população extremamente pobre (BNB, 2022).

O programa não exige garantias para a concessão de crédito, atuando através de grupos de aval solidário, que consiste na união voluntária e espontânea de pessoas interessadas em obter o crédito, assumindo a responsabilidade conjunta no pagamento das prestações. Ainda, de acordo com o BNB (2013), associado ao crédito, o CREDIAMIGO oferece aos empreendedores acompanhamento e orientação para melhor aplicação do recurso, a fim de integrá-los de maneira competitiva ao mercado.

Na sequência será apresentado resultado encontrado pelo Laboratório de Estudos da pobreza, da Universidade Federal do Ceará. O objetivo do trabalho é mostrar as condicionantes facilitadoras da saída da condição de pobreza dos clientes do CrediAmigo. A análise tomou como público de interesse as pessoas entendidas em condição inicial no programa como abaixo da linha de pobreza.

Por dificuldade metodológica de conceituar um indivíduo abaixo da linha de pobreza, o estudo adotou três métricas utilizadas no Brasil: a primeira, de meio-salário-mínimo, (LP 1/2 SM) é utilizada como padrão internacional e como referência para alguns programas governamentais. A segunda, elaborada pelo IELTS/IPEA (LP IPEA), além de usar como referência o salário-mínimo, leva em

O Banco do Nordeste do Brasil S. A. é o maior banco de desenvolvimento regional da América Latina e diferencia-se das demais instituições financeiras pela missão que tem a cumprir: atuar como Banco de Desenvolvimento da Região Nordeste. Disponível em: <https://bnb.gov.br> Acesso em 17/09/2022.

consideração os padrões de vida diferenciados entre os estados. Por fim, uma terceira linha construída pela FGV (LP FGV), também faz diferenciação de padrões de vida entre regiões, mas ela é condicionada pelas necessidades nutricionais (SOARES; BARRETO e TEIXEIRA, 2008, p.8).

A tabela 4 mostra o valor destas linhas de pobreza em outubro de 2006 para cada Estado participante do CrediAmigo:

Tabela 4: Linhas de Pobreza - Outubro de 2006

Estado	Linhas de Pobreza (R\$)		
	1/2 SM	IELTS/IPEA	FGV
Alagoas	175	165,6	115,88
Bahia	175	169,72	115,88
Ceará	175	159,43	115,88
Distrito Federal	175	165,6	115,88
Espírito Santo	175	131,66	115,88
Maranhão	175	165,6	115,88
Minas Gerais	175	149,15	115,88
Paraíba	175	167,66	115,88
Pernambuco	175	178,97	115,88
Piauí	175	164,57	115,88
Rio Grande do Norte	175	166,63	115,88
Sergipe	175	168,69	115,88

FONTE: Manso et al (2008).

O estudo buscou algumas variáveis para explicar o sucesso do programa e elas foram as seguintes: tempo no programa, característica do indivíduo e da família, característica da empresa, característica do empréstimo e características regionais.

De posse da referência sobre faixa da linha de pobreza, os autores coletaram dados de renda dos clientes do CrediAmigo no ingresso ao programa e constataram um índice de sucesso em sair da condição de pobreza que foi de 60,8% para Linhas de Pobreza FVG, 50% para Linhas de Pobreza IPEA, e 48,1% para Linhas de Pobreza SM, ou seja, foi possível perceber aumento de renda. A probabilidade de sucesso aumenta à medida que os créditos vão se renovando (SOARES; BARRETO; TEIXEIRA, 2008).

Na variável característica do indivíduo e família foi considerado idade ao entrar no programa, nível educacional, gênero e tipo de domicílio. Ficou evidenciado a influência positiva da educação na condição de saída da pobreza, os homens apresentam maior probabilidade de sucesso do que as mulheres, porém, as mulheres apresentam menor grau de inadimplência. Com relação a tipos de domicílio, os indivíduos que moram com parentes possuem menor probabilidade de sair da pobreza do que aqueles que possuem casa própria. No entanto, indivíduos que pagam aluguel, tem maior probabilidade de sair da linha de pobreza em relação aos indivíduos com domicílio próprio, o que sinaliza que compromisso com pagamentos recorrentes pode ter um incentivo extra (SOARES; BARRETO; TEIXEIRA, 2008).

Na categoria empresa, foram considerados a estrutura física do negócio (ambulante ou fixo), o tempo de atividade, os tipos de controles administrativos e prazo de venda ao cliente (podendo ser a vista ou até 3 meses). O resultado mostrou que o tempo de atividade não tem correlação importante com a probabilidade de sucesso, porém, as habilidades gerenciais pré-existent facilitam um bom desempenho. Para os empreendedores que já possuíam controles administrativos satisfatórios, a probabilidade de saída da pobreza foi de aproximadamente 6% maior do que aqueles sem controle. Outra evidencia obtida foi a de que a probabilidade dos pequenos negócios ambulantes prosperarem foram inferiores aos pequenos negócios com ponto fixo. Os micros empreendimentos que realizam vendas a prazo também tem influência positiva na probabilidade de sucesso em transpor a linha de pobreza (SOARES; BARRETO; TEIXEIRA, 2008).

Quanto a características do empréstimo, observou-se que o valor de empréstimo concedido pela primeira vez é relevante e significativo para a saída da pobreza. No que se refere aos prazos, mostrou-se prazos maiores de pagamento negativamente correlacionados com a probabilidade de sucesso do pequeno negócio. De acordo com o autor, isto sinaliza que as operadoras de microcrédito devam priorizar metodologia de empréstimos mais curtos, por garantirem um acompanhamento mais próximo e com incentivos de renovações mais rápidos (SOARES; BARRETO; TEIXEIRA, 2008).

A partir dos dados obtidos, uma leitura geral dos resultados sinaliza que é viável uma estratégia múltipla de parcerias com o setor público que favoreça o auto sustento dos programas de microcrédito e dos seus clientes por meio de políticas educacionais, estruturais e de apoio técnico (SOARES; BARRETO; TEIXEIRA, 2008).

O Banco do Nordeste do Brasil também realiza avaliações sistemáticas visando a identificação dos resultados do CrediAmigo. Desta forma, reavalia questões operacionais, a motivação da criação do programa e os objetivos no âmbito da metodologia do microcrédito. Abaixo, segue tabela de vários trabalhos realizados sobre o programa CrediAmigo com a finalidade de medir seu desempenho:

Tabela 5: Relação de estudos avaliativos sobre a política pública presente no âmbito do CrediAmigo

Referência	Objetivo	Síntese de Resultado	Contexto
Mendonça; Soares. (2016)	Verificar se existe uma trajetória de crescimento para clientes mulheres, e se ela é diferenciada em relação ao gênero.	As taxas médias de retorno são um pouco maiores para os homens; porém, as mulheres possuem menores riscos em suas trajetórias.	Nordeste como um todo
Santos et al. (2016)	Analisar se o microcrédito constitui-se em ferramenta de geração de renda e alternativa aos programas assistencialistas.	Apenas 16% dos entrevistados afirmaram receber ainda algum tipo de benefício social. Logo o microcrédito pode ser apontado como alternativa para tirar os participantes dos programas sociais de transferência de renda.	Cidade de Crato-CE
Rodrigues et al. (2014).	Analisar a contribuição socioeconômica do programa CrediAmigo para os empreendedores e seus pequenos empreendimentos do município de Petrolina-PE.	O CrediAmigo é relevante nas suas proposições de inclusão financeira destinados a indivíduos não beneficiados por outras formas de crédito mais convencionais. Tem contribuído para o fortalecimento dos negócios e das atividades produtivas dos pequenos empreendimentos, contribuindo, inclusive, para o desenvolvimento socioeconômico.	Cidade de Petrolina - PE

Branco et al. (2014).	Analisar a evolução da situação socioeconômica dos clientes do CrediAmigo observando se houve melhoria em suas condições de vida.	Não se pode afirmar que um programa de microcrédito seja o único responsável pela melhoria ou mesmo declínio das condições de vida dos tomadores de empréstimo, porém, destacam mudanças mais evidentes a partir de onze contratações.	Nordeste como um todo
Souza (2011).	Realizar uma pesquisa primária em Fortaleza com os clientes de menor poder aquisitivo, buscando entender a redução da pobreza por meio do CrediAmigo.	O programa fez diferença, pois possibilita a geração de renda, permitindo melhores condições de vida. Além disso, trouxe maior dinamismo aos negócios, visto a falta de dinheiro para comprar estoque e alavancar o empreendedorismo. No entanto, um requisito fundamental de sucesso é a utilização do crédito com a orientação empresarial.	Cidade de Fortaleza, com clientes sede do Banco do Nordeste do Brasil.
Cunha; Freire. (2017)	Estudar o programa CrediAmigo, com enfoque na geração de emprego e renda, verificando suas características e sistemática, comparando-o com outros programas de microcrédito.	O Programa facilita o acesso ao crédito a empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas a produção, alguns paradigmas foram quebrados, tais como, os clientes que ganham pouco não pagam seus empréstimos, a baixa inadimplência demonstra o inverso e que os empreendimentos são lucrativos a ponto de atrair investimentos privados.	Nordeste como um todo
Vieira; Barbosa (2017)	Esclarecer como o microcrédito influencia a promoção do empreendedorismo no Vale do Jequitinhonha, por meio da participação no programa CrediAmigo.	Constata que o programa exerce influência positiva na lucratividade e no desenvolvimento dos negócios, uma vez que permite a formação de capital de giro em condições melhores do que aquelas que possuíam anteriormente. Porém, não influencia na geração de novos empregos, já que grande parcela é composta por trabalhadores individuais.	Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais.

Capobiango; Silveira; Lima. (2015)	Descrever e documentar o processo político do Programa CrediAmigo, segundo os gestores do programa, sob a ótica da teoria do ciclo político.	Fomenta as discussões acerca do ciclo político enquanto estrutura de visualização e interpretação de ações de interesse público, sendo que o quadro do ciclo político se constitui em referência para descrever o Programa CrediAmigo ao longo de seu processo de estruturação, evidenciando o planejamento das ações e o modo como as mesmas foram executadas.	Realizada com base nos posicionamentos da coordenação geral do programa em Fortaleza, sede do Banco do Nordeste do Brasil.
Higgins; Neves. (2016)	Analisar a proposta metodológica do CrediAmigo, visando identificar os fatores organizacionais que foram viáveis a proposta do ponto de vista financeiro e social.	Os resultados ampliam a unilateralidade de outros estudos sobre o CrediAmigo. A dimensão institucional é um fator chave para explicar a viabilidade da operação. Muito além da ideia simples de redução de custos de transação, mas fornecendo aprendizados e criando habilidades de trabalho.	Nordeste como um todo

FONTE: Fortes; Siani (2021)

4.3 PROGRAMA BANCO DO EMPREENDEDOR - FOMENTO PARANÁ

A Fomento Paraná é uma instituição financeira de economia mista organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado com capital social majoritariamente pertencente ao Estado do Paraná, sua criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 11.741, de 1997, e dois anos depois, em 08/11/1999, foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil por meio do documento DEORF/DIFIN-99/239.

Como instituição financeira, a Fomento Paraná tem todas as operações e atividades submetidas às normas do Sistema Financeiro Nacional e é regularmente auditada e fiscalizada pelo Banco Central do Brasil e Tribunal de Contas do Estado do Paraná, entre outros órgãos. Essa característica lhe confere credibilidade e transparência na gestão de fundos e ativos financeiros que se encontram sob sua responsabilidade. Trabalha em sintonia com a política estadual de desenvolvimento regional, tendo por finalidade fornecer apoio financeiro para iniciativas de modernização e ampliação das atividades de

pequenas e médias empresas e micro e pequenos empreendedores, do campo ou da cidade, de forma a estimular a geração de emprego e renda no estado.

A empresa busca também impulsionar o desenvolvimento de negócios na área de inovação e tecnologia, concedendo crédito a empresas de base tecnológica, inclusive as que passam por incubadoras. A instituição atua também em programas de crédito destinado ao setor público, que são operacionalizados em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano – SEDU e seu ente vinculado, o PARANACIDADE (FOMENTO PARANÁ, 2022). Atualmente, a Fomento Paraná possui linhas de crédito com finalidade de Capital de giro, financiamento de projetos de investimentos e investimentos com capital de giro associado, linhas de crédito com taxas de juros diferenciadas direcionada a microempresas com mulheres proprietárias ou sócias, entre outras, conforme tabela 7:

Tabela 7: Linhas de Crédito presentes na Fomento Paraná

Microcrédito	O Microcrédito Fácil é um programa desenvolvido pela FOMENTO PARANÁ para apoiar o crescimento e fortalecimento de pequenos negócios, que movimentam a economia local.
Microcrédito PJ	Crédito para empreendimentos formais com faturamento bruto anual de até R\$ 360 mil e que necessitem de financiamento para melhorar ou ampliar as atividades e a produção.
Microcrédito PF	Crédito para pessoas que estejam iniciando um empreendimento ou que já exerçam uma atividade produtiva, mas ainda não formalizaram um negócio que tenha faturamento bruto anual de até R\$ 360 mil.
Banco da Mulher Paranaense	O Banco da Mulher Paranaense é um programa para estimular o empreendedorismo feminino com linhas de crédito com taxas de juros reduzidas para pequenos negócios de mulheres empreendedoras.
Banco da Mulher Paranaense - Microcrédito	Linha de crédito com taxas de juros reduzidas para apoiar empreendimentos que tenham mulheres como proprietárias ou sócias e cujo faturamento bruto anual seja de até R\$ 360 mil.
Banco da Mulher Paranaense - Micro e Pequenas Empresas	Linhas de financiamento com juros reduzidos para apoiar Micro e Pequenas Empresas, que faturem até R\$ 4,8 milhões ao ano, e que tenham mulheres como proprietárias ou sócias. Podem ser apoiados projetos para modernizar ou ampliar empreendimentos da indústria, comércio, serviços e também agroindustriais.
Fomento Turismo	Linha de crédito com recursos destinados a fornecer capital de giro para empreendimentos turísticos, no limite de R\$ 500 mil, para microempresas e empresas de pequeno ou médio porte, que tenham no mínimo 24 meses de faturamento.

Manutenção de Negócios	Crédito destinado à compra de mercadorias, pagamento de fornecedores ou para aproveitar oportunidades de negócio.
BNDES Crédito Pequena Empresa	Linha de repasse de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para empréstimos para micro e pequenas empresas e empresários individuais, visando a manutenção e/ou a geração de empregos, no limite de R\$ 1,5 milhão por ano.
Construção, ampliação e reforma	Financiamento a projetos de investimento de sua empresa, com possibilidade de capital de giro associado.

Banco do Empreendedor - Micro e Pequenas Empresas	Linha de crédito voltada para micro e pequenas empresas (faturamento bruto anual de até R\$ 4,8 milhões) que precisam modernizar ou ampliar suas atividades mantendo e gerando novos empregos. OBJETIVO: Compra de máquinas e equipamentos, ferramentas, reforma e ampliação de instalações, móveis e utensílios, veículos e capital de giro associado ao projeto.
Banco do Empreendedor - Pequenas Empresas - Migração AM/FM	Linha de crédito destinada a financiar projetos de investimentos de emissoras de rádio AM necessários para fazer a migração para a faixa de frequência FM (até o limite de R\$ 500 mil). OBJETIVO: Compra de máquinas e equipamentos, ferramentas, reforma e ampliação de instalações, móveis e utensílios, veículos e capital de giro associado ao projeto.
BNDES Automático	Linha de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para empresas da indústria, do comércio e do setor de serviços, de micro, pequeno, médio ou grande porte, que necessitem de financiamento para melhorar ou ampliar as atividades e a produção. OBJETIVO: Financiar projetos de investimento para construção, ampliação, recuperação e modernização de ativos fixos podendo associar capital de giro ao projeto.
Maquinas e equipamentos	Financiamento de máquinas e equipamentos para sua empresa, com possibilidade de capital de giro associado.
Banco do Empreendedor - Micro e Pequenas Empresas	Linha de crédito voltada para micro e pequenas empresas (faturamento bruto anual de até R\$ 4,8 milhões) que precisam modernizar ou ampliar suas atividades mantendo e gerando novos empregos. OBJETIVO: Compra de máquinas e equipamentos, ferramentas, reforma e ampliação de instalações, móveis e utensílios, veículos e capital de giro associado ao projeto.
BNDES Finame	Linha de financiamento para aquisição de máquinas, equipamentos e bens de informática e automação novos, de fabricação nacional e credenciados no CFI BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Atende empresas (inclusive empresários individuais) da indústria, do comércio, do setor de serviços, de micro, pequeno, médio e grande porte, que necessitem de financiamento para melhorar ou ampliar seus ativos em máquinas e equipamentos.
Energias Renováveis	Financiamento de geradores fotovoltaicos, aerogeradores e demais máquinas e equipamentos eficientes para sua empresa, com possibilidade de capital de giro associado.

FOMENTO Energia	<p>Linha de financiamento para empresas de micro e pequeno porte destinada a compra de equipamentos para geração de energia a partir de fontes renováveis ou para substituição de lâmpadas e equipamentos equivalentes para melhoria da eficiência energética.</p> <p>OBJETIVO: Compra e instalação de todos os componentes dos sistemas de micro e minigeração de energia elétrica fotovoltaica, eólica ou de biomassa.</p>
------------------------	--

BNDES FINAME - Baixo Carbono	<p>Financiamento para aquisição e comercialização de sistemas de geração de energia solar e eólica, aquecedores solares, ônibus e caminhões elétricos, híbridos e movidos exclusivamente a biocombustível e demais máquinas e equipamentos com maiores índices de eficiência energética ou que contribuam para redução da emissão de gases de efeito estufa. Todos os produtos devem ser novos, de fabricação nacional e credenciados no Credenciamento Finame (CFI) do Sistema BNDES.</p>
Inovação, Pesquisa e Desenvolvimento	<p>Crédito para a desenvolvimento de novos produtos, processos, serviços, marketing ou inovação organizacional, ou aperfeiçoamento da tecnologia existente.</p>
FINEP Inovacred	<p>Linha de financiamento com recursos da Agência Brasileira de Inovação - FINEP destinada a ampliar a competitividade das empresas no âmbito regional ou nacional. Os recursos podem ser usados para projetos de inovação de produto, de processo, inovação organizacional ou de marketing. E o limite de financiamento varia de acordo com o porte da empresa (conforme o faturamento anual).</p>
Finep Inovacred Expresso	<p>Linha de financiamento com recursos da Agência Brasileira de Inovação - FINEP destinada a financiar atividades inovadoras em microempresas, empresas de pequeno porte e pequenas empresas, instaladas em território paranaense. Os financiamentos são limitados a R\$ 2,0 milhões e podem atender empresas dos ramos industrial, comercial e de prestação de serviços, com receita operacional bruta anual ou anualizada de até R\$ 90 milhões.</p>
Inovacred Conecta	<p>Linha de financiamento da FINEP destinada a estimular a cooperação entre empresas e Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs), de forma a levar conhecimento gerado nas ICTs para as empresas brasileiras, promover maior alinhamento dos objetivos da Ciência Nacional às demandas empresariais, elevar os dispêndios em P&D e incentivar projetos de maior risco tecnológico.</p>
Inovacred 4.0	<p>Linha de financiamento da FINEP objetivo apoiar a formulação e implementação de soluções de digitalização que abarquem a utilização, em linhas de produção, de serviços de implantação de tecnologias habilitadoras da Indústria 4.0, que envolvem um amplo conjunto de máquinas, equipamentos, dispositivos e softwares integrados.</p>

FONTE: Elaboração própria, com base nas informações da Fomento Paraná (2022).

Atendendo demandas de crédito do empreendedor em várias frentes, a Fomento Paraná fechou o ano de 2021 com mais de R\$ 105 milhões em operações de microcrédito contratadas. Foram cerca de 13 mil empreendedores beneficiados, com destaque para o mês de dezembro, com R\$ 9,6 milhões liberados para apoiar empreendedorismos informais, MEIs e empresas de micro e pequeno porte em todo o Paraná (JORNAL CORREIO DO POVO, 2022).

Na sequência será apresentado algumas informações do microcrédito dentro do Programa Banco do Empreendedor da Fomento Paraná para os anos de 2010 a 2015 a partir da leitura da tese de doutorado em Desenvolvimento Econômico da Professora Dra. Dayane Pauli.

O programa Banco do Empreendedor utiliza, em sua maioria, recursos provenientes do Fundo de Equalização do Microcrédito (FEM), instituído pelo Governo do Estado do Paraná, com taxas de juros entre os anos de 2012 a 2015, em torno de 0,92% a.m., dependendo do perfil do investimento e de curso de capacitação promovido pelo Sebrae. Para os anos de 2011 a 2013, o programa contou também com recursos vindos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) por meio da Caixa Econômica Federal, há ainda a participação de recursos provenientes do BNDES desde 2011 (PAULI, 2019).

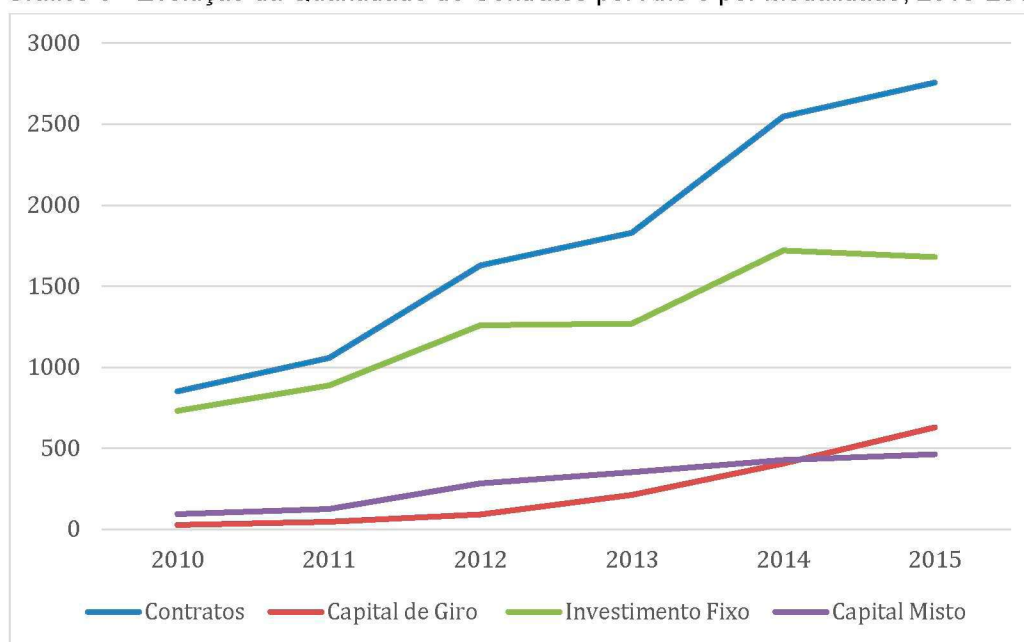
Atualmente, o programa possui taxas de juros de 1,10% a.m. a 2,00% a.m., financiando investimentos como obras, reformas, aquisição de maquinários, equipamentos, mobiliário, layout e capital de giro. O valor máximo do crédito varia conforme o tempo de atividade de seu negócio e é destinada a empreendedor informal, MEI ou microempresa com faturamento bruto de até R\$ 360.000,00 ao ano. Com relação a garantia do empréstimo, além da possibilidade de Aval de terceiros, há opção da garantia por meio do FAMPE – Fundo do Aval das Micro e pequenas Empresas, do Sebrae, que cobre até 80% das garantias em operações de microcrédito de até R\$ 20.000,00, para empreendimentos formalizados, mediante análise da Fomento Paraná (FOMENTO PARANÁ, 2022).

Retomando a análise do período compreendido entre 2010 e 2015, no âmbito do Banco Empreendedor do Microcrédito houveram 10.704 contratos assinados no por pessoas jurídicas. Outras linhas de financiamento da Fomento Paraná totalizaram 582 contratos, atendendo 541 empresas. Esses dados

mostram o tamanho considerável do programa dentro da instituição financeira, em termos de número de contratos e clientes (PAULI, 2019, p. 109). O maior número de contratos efetivados e valores de contratos foram destinadas a investimentos, mesmo esse período apresentando taxas de juros inferiores para a modalidade capital de giro (taxa média para capital de giro ficou em torno de 9,93% a.a. e taxa média para investimento ficou em 10,32% a.a.) (PAULI, 2019).

No período, também foi observado crescente tendência de quantidade de contratos para todas as modalidades, conforme segue:

Gráfico 3 - Evolução da Quantidade de Contratos por Ano e por Modalidade, 2010-2015



FONTE: PAULI (2019).

Em termos de valores emprestados para o período, também houve tendência crescente, sendo mais representativo para a modalidade de investimento. Os valores giraram em torno de R\$ 13.000,00 para investimento fixo, em média, R\$ 4.988,00 para giro e R\$ 11.468,00 para capital misto para o período 2010-2015 (PAULI, 2019, p. 111).

Após a descrição de dados do programa para o período mencionado, a autora buscou responder a partir da análise de impacto em que medida o programa de microcrédito desempenha impacto sobre variáveis como emprego, salário e sobrevivência da empresa e se existem diferenças nesse impacto

quanto a origem do recurso (se capital de giro ou investimento). Os resultados obtidos a partir de modelos econométricos foram: os contratos de capital de giro não apresentam impacto significativo na participação nos empregos, não foram encontradas evidências de impacto do programa de microcrédito na remuneração dos trabalhadores, mas há impacto para a manutenção dos empregos, aumento da empregabilidade e sobrevivência formal (PAULI, 2019).

Os resultados apresentados a partir dos três programas elencados nesse capítulo: manutenção do emprego no caso do programa Prospera e programa Banco do Empreendedor, aumento de renda para o observado no programa CrediAmigo e auxílio no que se refere a sobrevivência formal das pequenas empresas observado para os clientes do Banco do Empreendedor evidenciam o potencial que políticas de microcrédito podem exercer sobre variáveis de emprego e renda.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num país onde 9,8% da população está desempregada (IBGE, 2022) e milhões de pessoas estão abaixo da linha da pobreza, há motivos para pensar alternativas de fomentar emprego e renda e é o que foi proposto nesse trabalho através de política pública de microcrédito.

Para isso, conceituou-se microcrédito, dando ênfase ao objeto de estudo e interesse que foi o microcrédito produtivo e orientado, ou seja, além da concessão de pequenos empréstimos aos microempreendedores, sugere-se a orientação para aplicação do valor do crédito obtido na atividade produtiva, fazendo com que seu retorno seja capaz de fomentar melhores condições de vida para os envolvidos.

Foi apresentado o histórico disponível na literatura das primeiras experiências de microcrédito no mundo e no Brasil. Essas experiências no nosso país resultaram no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO), criado em 2005. E mesmo após a regulamentação legal do microcrédito como política pública e o volume de contratos de operações serem expressivos, ainda há potencial para crescimento, pois no momento, apenas 10% do público potencial da linha é atendido (BRASIL, 2019).

Pensando o microcrédito como política estrutural, voltada para a redução de desemprego, é interessante aliar políticas associativas com instrumentos de qualificação profissional e capacitação gerencial com vistas a melhorar a produtividade do trabalho. Instituições concessionárias de microcrédito já incentivam a qualificação do empreendedor oferecendo-lhe melhores condições de taxas de juros se houver a contrapartida da participação em cursos com determinada carga horária. Essa iniciativa pode ser observada na Fomento Paraná, por exemplo.

Com o objetivo de demonstrar o quão assertivo e eficiente são os programas de microcrédito, apresentou-se análises a partir de três programas: o Programa Prospera, formulado pela Secretaria de Estado e Trabalho do Distrito Federal, o Programa CrediAmigo, do Banco do Nordeste do Brasil e o programa Banco do Empreendedor Microcrédito da Fomento Paraná. O resultado apresentado por esses programas mostrou impacto do microcrédito sobre a

variável renda, manutenção do emprego e participação para a sobrevivência formal das pequenas empresas.

A partir do exposto, infere-se que com abrangência do programa de microcrédito, visando a inclusão do público não atendido atualmente e, após a concessão do crédito havendo orientação e acompanhamento para a utilização em atividade produtiva, há condições para criação de um cenário mais positivo para a situação de emprego e renda no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BANCO CENTRAL DO BRASIL: Disponível em:

https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/reb_2020.pdf Acesso em 12/02/2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL: Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/htmls/public/microcredito/microcredito.pdf>. Acesso em 10/07/2021.

BRASIL. **Lei nº 13.636, de 2018**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO); e revoga dispositivos das Leis nº 11.110, de 25 de abril de 2005, e 10.735, de 11 de setembro de 2003. Brasília, 20 de março de 2018. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato20152018/2018/Lei/L13636.htm

Acesso em 07/10/2020.

BRASIL. **Resolução CMN Nº 4.854, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020**. Dispõe sobre as operações de microcrédito, inclusive as de microcrédito produtivo orientado, realizadas pelas instituições financeiras e sobre o direcionamento de recursos para essas operações. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cmn-n-4.854-de-24-de-setembro-de-2020-279789078> Acesso em 07/10/2020

BARONE, F. M.; LIMA, P. F.; DANTAS, V.; RESENDE, V. **Introdução ao Microcrédito. Brasília: Conselho da Comunidade Solidário**. 2002.

Disponível em: [Introdução ao Microcrédito par... \(bcb.gov.br\)](#) Acesso em 15/09/2022.

CARVALHO, R.C. **Microcrédito no Brasil: Análises das principais iniciativas e resultados**. Rio de Janeiro – RJ, 2021. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Executivo Profissional, da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/30603/Vers%C3%A3o%20FINAL.pdf?sequence=1>. Acesso em 20/01/2022.

COSTA, B.L.S. A. **Microcrédito ou crédito pequeno? Experiência dos Financiados do Programa Providencia no Recanto das Emas e Riacho Fundo II**, no Distrito Federal. Brasília – DF, 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Sociologia, Universidade de Brasília –UNB, 2006.

Disponível em:

https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2042/1/2006_B%C3%A1rbara%20L%C3%BAcia%20da%20Sena%20Costa.pdf Acesso em 25/01/2022.

COSTANZI, R.N. Microcrédito no âmbito das políticas públicas de trabalho e renda. **Repositório do Conhecimento do IPEA**. Conjuntura e Análise: n. 19, p. 21-25, jun. 2002. Disponível em:

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5596/1/bmt_n.19_microcr%C3%A9ditono.pdf Acesso em 10/12/2021.

FOMENTO PARANÁ. Disponível em: <https://www.fomento.pr.gov.br> Acesso em 18/09/2022.

FORTES, G.P.; SIANI, S.R. Considerações sobre o microcrédito: esboço da sistematização de avaliação da política pública no âmbito do Programa CrediAmigo. **Revista de Empreendedorismo e Inovação Sustentáveis**. Volume 6 – Número 1, p. 1-12, Jan-abr/2021. Disponível em: <http://revista.isaebrasil.com.br/index.php/EGS/article/view/95/75> Acesso em 20/06/2022.

GUSSI, A.F.; THE.R.F.S. Políticas Públicas de Geração de Renda e Desenvolvimento: uma avaliação do microcrédito. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, vol. 20, núm. 37, pp. 241-254, 2017

JACKELEN, H. **O Programa da UNO de assistência a microempresas em Caruaru**, Brasil. Disponível em: http://www2.mte.gov.br/pnmpo/o_programa_uno.pdf. Acesso em 15/11/2021.

MALAFAIA, F.M.; NUNES, R.V.; SALES, G.A.W. A Evolução do Microcrédito no Brasil e as Novas Tecnologias. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas empresas**. V.5, Nº3, p.173-191, Set/dez. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.editoraenterprising.net/index.php/regmpe/article/view/258>. Acesso em 20/11/2021.

MAYRINK, R.D.D. **O impacto do microcrédito sobre a renda e emprego em Belo Horizonte**. 2009, 112 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração). Faculdades integradas de Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo (MG) 2009. Disponível em: https://www.fpl.edu.br/2018/media/pdfs/mestrado/dissertacoes_2009/dissertacao_rayssa_danielle_dantas_mayrink_2009.pdf Acesso em 16/09/2022.

Microcrédito no Brasil: histórico e legislação. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/microcredito-brasil> Acesso em 10/02/2022.

MINISTERIO DA CIDADANIA: Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/relatorio/relatorio_212.pdf Acesso em 10/02/2021.

MONZONI NETO, Mário Prestes. **Impacto em Renda do Microcrédito: uma investigação empírica sobre geração de renda do crédito popular solidário**

São Paulo Confia, no Município de São Paulo. Tese de Doutorado. São Paulo: FGV, 2006. Acesso em 15/11/2021.

MUHAMMAD, Y. **Criando um negócio social.** Editora Elsevier, 2010.

NERES, L.O.F. **A política pública do microcrédito como forma de inclusão econômica e social: O caso do Programa Prospera.** 2021, 98 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Gestão Pública, Universidade de Brasília (UNB), Brasília (DF), 2021. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/41378/1/2021_LucianaOliveiradeFreitasNeres.pdf Acesso em 03/03/2022.

PAULI, D.R. **Três ensaios sobre a avaliação de impacto e análise de custo de políticas de crédito no Estado do Paraná (2010-2015).** 2019. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba – 2019. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/59703/R%20-%20T%20-%20DAYANE%20ROCHA%20DE%20PAULI.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 21/08/2022.

ROCHA VIDIGAL, C.B.; VIDIGAL, V.G. Investimento na qualificação profissional: uma abordagem econômica sobre sua importância. **Acta Scientiarum Human and Social Sciences.** Maringá, v.34, n.1 (2012), p.42-48, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/14181> Acesso em 10/10/2021.

SILVA, F.L. **Capacitação profissional para microempreendedores: programa de mídia sobre propriedade intelectual e inovação.** Salvador: Instituto Federal da Bahia, 2019. Relatório Técnico.

SILVA, R.P. **Causalidade entre microcrédito e mercado informal: uma análise do programa CREDIAMIGO.** (Monografia de Graduação). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

SILVEIRA, A. F. **Microcrédito na Região Metropolitana do Recife: Experiência Empreendedora do CEAPE.** Pernambuco, 2005. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/4355/1/arquivo5967_1.pdf. Acesso em 15/11/2021.

SOARES, M.M.; SOBRINHO, A.D.M. **Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito.** Brasília: Editora BCB, 2008.

SOARES, R.B.; BARRETO, F.A.; TEIXEIRA, M.A. Saindo da Pobreza com Microcrédito. Condicionantes e Tempo de Ascensão: O Caso dos Clientes do CrediAmigo. **Laboratório de Estudos da Pobreza (CAEN-UFC)**. Fortaleza, p. 3-23. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/1450/1/2008_art_rbsoares.pdf Acesso em 07/02/2022.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Revistas Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n.16, p.20-45, 2016.

SOUZA, M.C.G.F. **O desenho do Programa CrediAmigo do Banco do Nordeste: inclusão social e mercado** / Maria Celia Garcia F. de Souza. Serie BNB Teses e Dissertações n 21– Fortaleza: BNB, 2010.

TACHIZAWA, T.; MENDES, G. **Como Fazer Monografia na Prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

